



Como será o amanhã? – a discussão do futuro e o horizonte de expectativas na imprensa negra entre 1926-1937”,

João Paulo Lopes¹

Na segunda década do século XXI, passados quase 130 anos após cessar-se legalmente o regime da escravidão no país, o balanço da historiografia do Pós-Abolição é profícuo, desde os estudos das décadas de 1980 e 1990 sobre o período e se recuarmos no tempo até mesmo as obras clássicas de Roger Bastide e Florestan Fernandes que do campo da sociologia, empreitaram as primeiras análises sobre a integração do negro na sociedade liberal e capitalista, em estudos importantes, todavia generalizantes. Porém a discussão da negritude e as várias formas de resistências, lutas, discriminação e as construções identitárias das populações negras e afrodescendentes da diáspora são um campo fértil e interminável para a pesquisa. E vem na esteira de mudanças que refletem no campo da historiografia, como de várias ciências humanas, como a aprovação da Lei 10.693/03 que obriga o estudo da história e cultura afro-brasileira na Educação Básica, o que favoreceu promoção de vários cursos de pós-graduação com essa temática, assim como as relações étnico-raciais. Por sua vez também ponderemos a emergência bem sucedida da política de ações afirmativas que proporcionou a inclusão de uma maior quantidade de negros e mulatos nas universidades e cargos públicos, e também mais recentemente a instituição de cotas raciais em vários programas de pós-graduação do país. É um desdobramento da luta de homens e mulheres, que em diversas temporalidades visionaram e lutaram para que muito mais do que ocorre se consumasse no futuro. Mas a inclusão social e a igualdade real para negros e negras, e seus projetos e lutas por mais cidadania, roendo a discriminação e racismo que destoam de uma aclamada democracia racial, é uma história manca, tortuosa, de altos e baixos, idas e vindas, e ainda não acabada, sequer assegurada. Parece sempre como coisa para ser resolvida num futuro.

No âmbito da consagração e ebulição da História Pública, em que pese “a ideia de que o conhecimento histórico pode ser pensado a partir do conceito de compartilhamento, que é uma das maneiras de vislumbrar o significado daquilo que é público e que alimenta o diálogo com o mundo comum” (CORREIA, 2016: 254) é patente a discussão sobre como o movimento

¹ Doutorando da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Professor do IFSULDEMINAS – Campus Inconfidentes. Bolsista da FAPERJ.



negro vislumbrou para o futuro a solução de impasses e a falta de igualdade e cidadania para a coletividade da população negra. Como aconteceu em jornais alternativos da acunhada “imprensa negra”, outras narrativas da história dos negros no país, de maneira incipiente, tímida, sem métodos, mas com uma força enorme pelo desejo de mudança e de re(existir), tomo como premissa que a partir dos preceitos dessa nova seara que com rigor científico para a pesquisa documental e a articulação com teoria e metodologia, é possível percebemos e analisarmos como ativistas e intelectuais negros e negros, habitantes de São Paulo, na primeira metade do século XX, uma cidade que modernizava como uma *pólis* global, vislumbraram o futuro. Partindo das matrizes do que seja o historiador público, a transformação do conhecimento histórico enquanto narrativa de adesão e mudança individuais e coletivas também deve atingir corações e mentes de homens e mulheres, negros e negras do século XXI, que dependem da ciência dessas histórias soterradas para identificar-se com seu passado roubado, silenciado ou esquecido, e garantir sua existência e positivação no tempo presente. Como diz Koselleck, que

Quando o historiador mergulha no passado, ultrapassando suas próprias vivências e recordações, conduzido por perguntas, mas também por desejos, esperanças e inquietudes, ele se confronta primeiramente com vestígios, que se conservaram até hoje, e que em maior ou menor número chegaram até nós. Ao transformar esses vestígios em fontes que dão testemunho da história que deseja apreender, o historiador sempre se movimenta em dois planos. Ou ele analisa fatos que já foram anteriormente articulados na linguagem ou então, com ajuda de hipóteses e métodos, reconstrói fatos que ainda não chegaram a ser articulados, mas que ele revela a partir desses vestígios.

(KOSELLECK, 2006: 306)

O debate sobre o teor, autoria e sentido do que fora lançado em publicações da imprensa negra também faz parte desse campo de estudos que se conviu categorizar como o Pós-Abolição. Trataremos nesse artigo das evidências narradas e tornadas públicas em três jornais paulistas da imprensa negra, impressos entre 1924 a 1937. São eles: *O Clarim da Alvorada*, *Progresso* e *A Voz da Raça*. Desde a primeira metade do século XIX teve-se experiências de



jornais e libelos que pela escrita de homens negros, e embora tivessem uma curta duração lançaram mão da referência à raça e à cor da pele como marcos de distinção, propaganda política e reivindicações sociais. Porém nos primeiros cinquenta anos do Pós-Abolição, em vários locais do país, tanto no interior quanto nos grandes centros urbanos, houve uma profusão de publicações produzidas, dirigidas, editoriadas e comercializadas por negros e mestiços. Provavelmente essas publicações eram direcionadas, *a priori*, para um público de seus iguais no que tange à cor e ascendência e foi um forte aspecto da mobilização e protagonismo desses segmentos. Se os jornais surgiram a partir da mobilização e organização de clubes recreativos e associações negras elas não deixaram de promover o debate público, a manifestação de opiniões sobre a sociedade, a cultura e a situação de exclusão e racismo porque passavam negros, negras e mulatos e a conexão com outras populações da diáspora africana, localizadas em outros países.

Uma dimensão a ser problematizada a respeito dos estudos do rico período do Pós-Abolição é a periodização clássica que foi impetrada à imprensa negra, desde a década de 1950 que conferiu divisões muito rígidas a respeito das publicações desse segmento editorial e de suas características e intencionalidades para cada um dos períodos. Boa parte dos trabalhos sobre a imprensa negra se apoiam na ideia de uma periodização, a partir do critério de uma característica mais politizada ou mais cultura. Colocando em oposição essas duas esferas da vida como se não fossem dois lados da mesma moeda. Se valem dos periódicos disponíveis para a consulta e no trabalho seminal de Roger Bastide sobre o tema, depois retomado e consolidado pelos trabalhos de Miriam Vergara, em que sugere que o período que vai entre 1926 e 1937 foi quando houve uma clara politização, assim como uma adesão grande ao movimento negro e conseqüentemente isso se transparecia nas suas publicações. Como Petrônio Domingues, que atribui a esse período da imprensa negra como de passagem de uma atitude mais recreativa e literária dos primeiros clubes negros para uma luta abertamente no campo político, no entanto militavam por um assimilacionismo da população negra e mestiça ao que se compartilhava como moderno e nacional.

Na chave de entendermos a busca por uma narrativa que tornasse esses negros como brasileiros em solo americano, no processo da grande diáspora africana, assim como não identificavam-se mais como africanos (porque esse também era um investimento em curso pelos ativistas que tratamos aqui), as categorias de *exclusão* – em vista do lugar de pecha de descendente de ex-escravizado que recaía sobre os negros e mestiços em São Paulo, onde foi levado a cabo a política de estímulo à imigração europeia no afã de substituir escravizados



negros nas fazendas de café, em vista do desfecho do processo abolicionista mas que tem como finalidade simultânea embranquecer o grosso da população brasileira; *desterritorialização*, marcada pela quebra de laços que os efeitos da escravidão provocavam em solidariedades e redes precárias entre negros e mulatos – mas que existiam e podiam ser duradouras, dependendo do território negro em que se viviam e das vivências que grupos e indivíduos constituíam ao longo da vida; e a *solidão*, em vista do grau de desconexão com a tradição e a origem com o território africano, mas que deixaram o oco de ter-se que construir novas conexões em território brasileiro mas a partir da invenção de novas práticas e possibilidades. As três categorias são elementos importantes para o entendimento da constituição da Modernidade. Tomaremos essas premissas para corroborar a ideia de que a diáspora africana – com o comércio transatlântico para a escravização de africanos nas Américas – foi a antessala para o processo de Modernização, que um viés eurocentrado debita na conta originalmente ao Iluminismo europeu, a partir do século XVIII. Todavia as populações da diáspora e desenraizadas foram as primeiras a experienciar, aos milhões, a construção de novas vivências e possibilidades em meio aos eventos seculares dos processos do comércio atlântico de africanos e a sua escravização nas Américas, longe do seu território, das suas tradições, dos seus laços culturais, tribais, de clãs.

Com o Pós-Abolição, e na São Paulo dos anos 20 e 30 do século XX, a figura do negro tendeu a ser excluída do mito de fundação original para aquele estado da federação que reinventaram o bandeirante (branco) na comunhão com o índio (perseguido e catequisado) como fonte de uma civilização mameluca, não-negra. Se o debate e a disseminação das ideias correntes sobre a nascente *paulistanidade*, se davam por diversas via, a imprensa era uma delas. A imprensa escrita aparece como a grande catalisadora do debate público e também da análise social. Aqui tomaremos as categorias de *opinião pública* e de *mercado de opiniões* de Jürgen Habermans, na discussão que como o avanço liberal partiu da suposição de que a formação do homem livre/cidadão passaria pela separação entre a esfera privada e pública e que o regimento das interações sociais por normas primassem pela autonomia e a reflexão independente de indivíduos que influíssem nos rumos da criação das leis e nos sistemas de troca econômica e social entre indivíduos. Uma vez negada ou sonegada a cidadania e usadas estratégias de exclusão para a população negra e mestiça de São Paulo nos interessa saber como se constitui o *mercado de opiniões* para esses homens, tentando influir no denominador comum das opiniões divergentes, a *opinião pública*, que se delineia no conflito dos interesses de grupos, classes, gerações.



Para dá conta desse aspecto outra categoria importante será a de *repertório*, cunhada por Charles Tilly. O autor norte-americano que durante os anos 1960-1980 foi esmerando o conceito de repertório, o tomara como as possibilidades concernentes à luta política, dentro de um campo de ações possíveis num determinado contexto, em meio ao que chamou originalmente de uma estrutura mutante de oportunidades e ameaças políticas. Com a crise do estruturalismo nos anos 1960-70, o autor tratou o assunto dentro de novas concepções e reflexões, chegando ao conceito de *repertorio de conflitos*, que é o que usaremos, *a priori*, refletindo que as possibilidades de surgimento dos repertórios se dão no confronto e na disputa. O que se mobilizou para ação política dos negros paulistas associados em clubes e imprimindo publicações, afim de concorrer no mercado de opiniões e disputarem a opinião pública, foi também tratar da escrita da história dos negros no país, a partir do seu protagonismo como homens de pensamento e de disputar as narrativas sobre a nacionalidade, que dentre os anos 1920-30, estão a todo vapor, porque viram a categoria de *brasileiros* como tábua de salvação para a sua inclusão, entendimento e positivação.

Para Tilly, o repertório poderia ser comum aos membros das diferentes cenas e lugares de experiência e expectativas, até mesmo no confronto entre eles, em que novos desejos se constituem e abrem-se possibilidades de rupturas e inovações. Se escrever era uma das mais sensíveis e críveis atividades intelectuais, em que aquele que escreve tem a possibilidade de compartilhar suas ideias e intervir na sociedade, promovendo uma pedagogia para os leitores, as publicações da chamada imprensa negra entram em cena para cultivar e colher num mercado de opiniões, no confronto em moldar e mudar um certa opinião pública. Ao analisar o debate lançado em publicações da imprensa negra paulista, entre as décadas de 1920 e 1930, vemos que a escrita da história era um repertório possível dentre muitos. Contudo a solução dos impasses e incertezas daquele presente vivido era lançada ao futuro, a um horizonte de expectativas, num tempo ainda não vivido. Veiga dos Santos, o polêmico diretor da Frente Negra Brasileira, lançara seu prognóstico, n' *A Voz da Raça*,

A argila brasilica, unida ao sangue escravo do Negro "caçando" nas florestas africanas, formou a argamassa robusta com que se fez alicérce, com que se fizéram as fundações deste monumento indestrutível e infracionável que se chama BRASIL! Êste edifício que, até 1889 assombrou o mundo e que, em éras muito próximas asombrará de novo!



Não é preciso ser profeta para tal assêrto. Não é mister ser dotado de invulgar inteligência para prevêr o que se passará em nossa Patria nêste lústro que temos começado.

Para falar de tratamento que deram à escrita da história enquanto discurso identitário para si e na desconstrução do racismo histórico contra negros e mestiços do país. Sobre escreverem a história nessas publicações não são, *a priori*, uma voz autorizada no campo intelectual para se lançarem na promoção de um discurso historiográfico. Ainda que não houvesse uma profissionalização dos historiadores (o que só viria a se firmar, a partir dos anos 40, com a criação dos primeiros cursos de história do país), até então a escrita da história estava reservada a escritores consagrados, políticos, juristas, médicos, autodidatas. Mas passava longe de ser escrita por quem não estivesse blindado com a chancela de uma crítica literária ou reconhecido saber, o que lhes daria legitimidade e credibilidade. Sem se antenar, porém, para questões do que seria a história- ciência, com suas sagradas noções de “temporalidade”, a “periodização”, a “verdade”, a “representação do passado” e as “regras do método histórico”. Contudo outros grupos mobilizaram suas experiências e expectativas para usarem escrita da história como *repertório* de luta política e de busca para a solução de problemas que enfrentavam. Foi o caso dos descendentes de escravizados. Tempo de incertezas e promessas, e desafios insuperáveis à população afrodescendente, que embora vivenciado o racismo cotidiano, não se eximiu em inoperância e resignação, no cenário de desalento jurídico, social e econômico que na Primeira República não se resolveu, tampouco em outros períodos da história brasileira do último século. Mesmo com o cenário de exclusão, preconceito e discriminação que reinava no país, alguns ativistas tentaram se autonomizar e criar um campo intelectual negro. Contudo essa experiência não foi exclusiva do país, se espalhou e se espelhou em outros cantos do mundo, como nos EUA, onde no período aqui tratado já existia, por exemplo, uma *Black History*, desenvolvida por intelectuais negros instalados nas universidades segregadas para negros e mulatos, que contava a história dos afrodescendentes naquele país, por uma chave de valorização e positivação e lutando para a sua inclusão em livros didáticos voltados à educação primária e secundária em escolas segregadas para esse público.

Uma conexão muito maior para as populações negras em vários cantos do mundo fazem-nos perceber que o racismo do século XIX e XX deixara marcas que produziram ações e reações muito próximas em países que conviveram com a escravidão por séculos. E, por conseguinte, após as emancipações do trabalho escravo sobre os afrodescendentes, adentraram



várias dessas sociedades passaram por uma onda de modernização econômica e política que trouxeram à baila disputas, mobilizações e promoção que não deixara o passado escravagista se desvencilhar de vez. Dispositivos jurídicos, a violência cotidiana, políticas segregacionistas, tentativas de criar mitos de democracia racial, a pobreza, a falta de acesso à terra ou à educação, levaram a um compartilhamento e entendimento do que era a negritude. Óbvio que com as devidas peculiaridades, negros e mestiços de lugares tão distantes, como Cape Town, Paris, em Luanda, Lousiana, em Chicago, em Havana ou Bogotá e o Rio de Janeiro, Recife, Manaus, Salvador, São Paulo, Porto Alegre, no Brasil, essa compreensão da exclusão e discriminação contra sujeitos negros eram pedra de toque para a luta, a organização e o debate.

Na capital paulista, que passara por um surto surpreendente de urbanização e industrialização, em que sua população aumentou dez vezes entre 1872 e 1920, os negros que foram se tornando minorias nas estatísticas demográficas na cidade e no estado como um todo, mobilizaram e conduziram formas de agir e resistir. Eram homens e mulheres, pertenciam a uma camada média baixa dos centros urbanos, eram escolarizados, ansiosos para intervirem na esfera pública, no rodo do embate e luta políticos contra a discriminação às pessoas “de cor”. Nos círculos que esses intelectuais militantes transitavam, do trabalho no pequeno comércio ou no funcionalismo público, os meios militares, nas redações dos jornais, os clubes negros, os clubes esportivos, escolas de samba, organizações festivas nos bairros ainda majoritariamente negros, a questão do afrodescendente no país os fez levar para a arena pública de discussão e debate, se sorvendo também das diversas culturas políticas em ebulição: o socialismo, o integralismo, o nacionalismo.

Todavia o mais importante na atuação dos ativistas negros nesse contexto é o seu protagonismo, enquanto sujeito coletivo que expressa uma heterogeneidade e complexidade fluída, que escapa a qualquer essencialismo. Os negros ao falarem de si, sobre si, e para si se autonomizam do lugar de objeto a ser dito, analisado e intermediado por especialistas, pelos sujeitos soberanos, conforme aponta Gayatri Spivak. Os ativistas negros falavam, a partir de então, do seu lugar de *subalternidade*. Embora essa categoria tem efeitos dúbios porque embora reconheça o lugar de exclusão e discriminação de alguns grupos pode conferir um papel de inoperância, resignação e submissão que não é o caso aqui. Como se a subalternidade impedisse a reação e alternativas de inserção e embate por esses grupos.

Ter a chave de acesso a essa discussão e o seu controle, inclusive editorial, sobre o que se escreve e qual público se orienta, foi pauta importante para a tentativa de promoção da luta política e da tomada de certa consciência do que era ser negro em São Paulo, e no Brasil, nas



décadas iniciais do regime republicano e das suas promessas não cumpridas para a população negra e mestiça. A capital paulista pautou o seu processo meteórico de modernização ancorado nos arcaísmos persistentes, tanto entre as elites políticas quanto as intelectuais, se encobrendo ainda de um novo instrumental – do racismo científico – para definir um lugar de subalternidade aos negros, que já não eram mais os escravos da outrora sociedade imperial e colonial, e estavam na encruzilhada desse *entre-lugar*, conceito tomado da sugestão de Homi Bhaba, em *O Local da Cultura*, em que mostra a mobilização e elaboração de estratégias de subjetivação dão início a “novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade”. (p.20)

Um *entre-lugar* porque o Pós-Abolição se espalhou e deitou raízes num novo regime, republicano, que não garantiu aos negros a cidadania e a igualdade, a não ser na desfaçatez dos arremedos jurídicos e novidades da nova Constituição de 1891 que garantia igualdade de todos perante a letra da lei, mas que camuflava as hierarquias e distinções sociais herdadas da escravidão e brindadas na virada do século XIX-XX pela pílula dourada do racismo, que não se criara um *apartheid* escancarado no Brasil como no sul dos EUA ou na África do Sul, nem por isso deixaram de produzir interações sociais baseadas na discriminação pela cor da pele; um *entre-lugar* numa cidade antiga e em processo de modernização em que não se reconhecia a pacatez da vila oitocentista mas que tentava anular a visibilidade dos negros em vista da enxurrada da imigração e fixação de imigrantes brancos, e até japoneses, que apartava negros e mestiços dos espaços públicos e de ascensão social para territórios geográficos longínquos e periféricos e territórios imaginados de subalternidade e tentativas de controle e exclusão; e um *entre-lugar* na imagem de nação falada e aclamada que pelo menos entre boa parte da elite intelectual predominante promovia o negro ao papel de ex-escravo desajustado à civilização de matriz eurocêntrica (urbana, industrial e liberal), pouco palatável aos processos de construção de um mito de identidade nacional que se queria branco antes. Mas na sua impossibilidade urgentíssima para as camadas dominantes foi aclamada a “morenice” e a miscigenação como estratégia de inviabilizar a existência do negro e adiar para o futuro o embraquecimento do país, evento que já estava a todo vapor na capital paulista. O futuro assim era um tempo em disputa, que poderia ser moldado por várias agências.

E ainda assim, a promessa do futuro e o horizonte de expectativas, que poderiam ser diferentes a partir da tomada dessa consciência, são assuntos que também foram tratados, *en passant*, mas com afinco e esmero, pelas páginas das publicações da imprensa negra nesse período. Tomado aqui tanto a discussão de Reinhart Kossellech, em *Futuro-Passado*, em ele



lança a discussão sobre o *campo de experiências* e o *horizonte de expectativas*. Mesmo que sejam duas dimensões complementares – espaço de experiência e horizonte de expectativas, não se pode afirmar uma simetria entre expectativa e experiência.

“Uma expectativa jamais pode ser deduzida totalmente da experiência, ao passo que a experiência é completada em um passado, momento anterior sobre o qual se projeta aquilo que se espera” (KOSELLECK, 2006: 310)

Essa tensão dinâmica entre as duas instâncias – experiência e expectativa – é característica estrutural da própria história, já que os acontecimentos nunca se dão exatamente como se espera, e a experiência pode conter recordações duvidosas, que se reconfiguram diante de possíveis novas perspectivas. Ou seja, as experiências adquiridas podem modificar-se com o tempo. Essa consciência é importante porque permite ao estudioso desvelar discursos que se pretendem à “realidade histórica” passada – mas não sabida - como organizações específicas de experiência, que dão conta do universo de embates e tensionamentos característicos dos fenômenos sociais. Desse modo, as diferentes nuances de experiências e expectativas compõem o objeto de estudos da narração da história na imprensa negra de São Paulo . Nesse ponto, fica claro que história objetiva e reflexão subjetiva por vezes estão entrelaçadas, cuja realidade “concreta” é constituída por pontos de vista abstratos. Pontos estes que são elaborados crítica e continuamente. Assim, as categorias de espaço de experiência e horizonte de expectativa oferecem, pois, uma chave para mostrar o tempo histórico constantemente em mutação. No editorial de lançamento do *Progresso* a menção ao futuro como espaço de consumação de “latentes esperanças” ou um horizonte de elevação para os homens e mulheres, negros e negras, se revela:

“O periódico de hoje não representa mais que um dos rebentos a que nos alludimos, o qual atrave-sa a fásede sua oblictação, por impervios caminhos ao enalço do fim collimado: - Exaltar o Brasil glorificando a raça hontem vilipendiada, cuja escravidão é u'a [sic] mancha na Historia da nossa civilização.

Seu escopo é propugnar pelos opprimidos tendo como directriz unica elevar o nome dessa mesma Raça, semeando os germens civis do trigo moral para a sagrada crestagem do pão-progresso.



Esperamos que Progresso seja acolhido sem a indiferença que mata latentes esperanças.”²

Assim como a ideia de François Hartog sobre os regimes de historicidade, que se instalam num eterno efeito de presentismo (HARTOG, 2013). Que tanto a escrita da história de um passado se faz no desenrolar de um eterno presente, assim como as projeções sobre o futuro. Sendo assim o único tempo que existe de fato é o presente, já que tanto o passado é reconstituição em disputa durante o presente, e futuro é o porvir. Assim o futuro na imprensa negra se inscreve numa lógica da superação dos traumas e da dor que o passado escravagista e o racismo infligiam aos negros e mestiços, na condução de uma narrativa histórica integracionista, valorativa e que invertia o papel de subalternidade eterna do negro na vida pública do país para a promessa de uma civilização nos trópicos americanos. A aposta no futuro como tempo de solução é patente nas análises dessa imprensa e exemplos não faltam.

“Transformou-se tudo, para melhor cooperar ao lado da esthetica - asima das bellezas e da evolução; emquanto nós - homens pretos, possuidores de um elevado numero de irmãos e de uma mocidade cheia de vida, bastante intelligente, infelizmente até aqui, quasi nada conseguimos adquirir em virtude de não existir entre nós uma completa concordia; uma união verdadeira digna de ser emitada, propalada, baseada na directriz dos nossos interesses sociaes e moraes. Necessario é que pensemos, mais uma vez que somos homens de bem, conhecedores perfeitos de tudo quanto temos; das nossas tradições e de tudo quanto nos farà grande para a evolução da nossa raça, através dos tempos, constituindo tambem mais outras tantas paginas de glorias como conquistaram os nossos antepassados saudosos , numa evolução completa; nas artes, sciencias e letras!”³

² Jornal “Progresso” – Caminhará por invias rotas até a perfeição (23/06/1928), ANO 1, número 1, p. 1

³ Clarim da Alvorada. ANO 1, número 8, p. 01– *A’ mocidade paulistana (aos patricios que pensam no ideal dos ideaes)* - Fevereiro/1924



Por outro lado, na tentativa de destacar sua autonomia e protagonizarem a construção de um discurso de si, pela chave da nação e tomando a história como discurso ratificador de uma nova identidade coletiva, eles caíam na mesma armadilha: vasculhavam e inventavam um novo essencialismo para o que é ser negro, assim como de trajetória dos afrodescendentes no país, mas dessa vez alimentando-o de positividade e valorização. Na empreitada, acabam por tornar eles próprios, agenciadores de outros públicos para o discurso que auferiam. Tanto os negros de outras classes sociais ou destituídos da “iluminação” a que chegaram, tanto para a vasta gama de intelectuais especializados – capazes de rechaçar ou aderir ao discurso original encampando por eles – quanto para os agentes e agências do Estado-nação, assim como para outros grupos sociais que detinham algum poder de intervenção e cooperação. Mas o que é relevante é o protagonismo desse segmento à frente das publicações e as decisões – não sem conflitos – que ali se passava.

Quanto ao futuro, ele se exprimiu nas páginas da imprensa negra como o tempo porvir e como disputa, como horizonte de expectativas vivenciadas num ambiente hostil por várias performances de exclusão, preconceito e discriminação, se mobilizaram para a proteção, o cuidado com si, a promoção de uma nova visão social sobre a população negra. A quem, individual e coletivamente, criou-se uma narrativa predominante que deitou raízes de que não se preocupavam e nem eram previdentes com o futuro. Como isso fosse um traço racial, e não por questões materiais e sociais que deixava a maioria dos homens e mulheres “de cor” como reféns de um eterno presente precário.

Moldar o futuro como tempo da redenção e superação das condições que viviam, fizeram-os sempre abrir mão dessa temporalidade nas suas ações e proposições para o fazer político. Ao menos é o que fica explícito nos jornais levantados e aqui apontados. A esperança, o afeto e os prognósticos lançados ali são uma ponta de lança sobre a importância do futuro como importante noção para se pensar o comportamento social e os usos que se faz das temporalidades, para além da escrita da história, mas que é objeto factível para se pensar a história. Principalmente se encararmos que o traço marcante da modernidade é que o motor da história é impulsionado sempre para frente, sustentando-se pela ideia mestra de progresso, que inclusive é o nome de umas das publicações aqui mencionadas. Não é à toa, não é em vão, a escolha desse nome. Tampouco outro título desses jornais, que é o *Clarim da Alvorada*. A alvorada tomada como um novo tempo que vai chegar ao sol raiar, e ser anunciado pelo toque de um *clarim*. Seria um futuro, sem racismo, com a ascensão dos negros e negras à cidadania, seria uma sociedade transformada baseada em outros valores de solidariedade humana e



coletividade, seria um futuro que a liberdade e a igualdade, essas noções tão caras à Modernidade, seriam também compartilhadas e asseguradas aos homens e às mulheres pretos?



BIBLIOGRAFIA

ALONSO, Angela. Repertório, segundo Charles Tilly: a história de um conceito. In: *Revista de Sociologia e Antropologia*. São Paulo, 2012. Ano 3, v. 02. pp. 21-41.

ANDREWS, George Reid. O protesto político negro em São Paulo (1888-1988). *Estudos Afro-Asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 21, p. 27-48, dez. 1991.

BARBOSA, Marcio (org). *Frente Negra Brasileira: depoimentos / entrevistas e textos*. Quilomboje. São Paulo, 1998. SANTOS, Pedro de Souza. A imprensa negra em São Paulo no início do século XX. *Histórica – Revista Eletrônica do Arquivo do Estado*, ed. n° 14, setembro / 2006. Disponível em <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao>.

BASTIDE, Roger. A imprensa negra do Estado de São Paulo. *Boletim de Sociologia* (2), São Paulo, 1951.

_____. A imprensa negra do Estado de S. Paulo. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. CXXI. *Sociologia* n° 2. Estudos Afro-Brasileiros. Coleção “Estudos”. Editora Perspectiva.

BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte : Editora UFMG, 2013.

CORREA, Luiz Otavio. Os vários sentidos da História Pública. *Transversos: Revista de História*. Rio de Janeiro, v. 07, n. 07, set. 2016. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/23612>

DOMINGUES, Petrônio. **Uma história não contada: Negro, racismo e branqueamento no Pós-Abolição**. São Paulo: SENAC, 2004.

FERRARA, Miriam Nicolau. **A imprensa negra paulista (1915 – 1963)**. São Paulo, FFLCH/USP, 1986.

GOMES, Flávio.; DOMINGUES, Petrônio. (org.). **Políticas da Raça: experiências e legados da abolição e da pós-emancipação no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2014

HABERMANS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

MAUAD, Ana Maria; ALMEIDA, Juniele.; SANTHIAGO, Ricardo (orgs.). **História Pública no Brasil: Sentidos e itinerários**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MOUTINHO, Jéssita Maria Coutinho. A paulistanidade revisitada: algumas reflexões sobre um discurso político. *Revista Tempo Histórico: São Paulo: USP* 3 (1,2), 1991. pp. 109-117.

SILVA, Maria Aparecida. **A Voz da Raça: uma expressão negra no Brasil que queria ser branco**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). São Paulo: Faculdade de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2003.



SPIVAK, Gayatri. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TELLES, Edward. **Racismo à brasileira:** uma nova perspectiva sociológica. Rio de Janeiro: Relume Dumará-Fundação Ford, 2003.